

# **MERCADO DE TRABALHO:** a problemática do desemprego estrutural na centralidade do capitalismo mundial.

Amarayna Minelly Sousa Oliveira<sup>1</sup>  
Tatiane Nogueira Santos<sup>2</sup>

## RESUMO:

O objetivo deste presente artigo é abordar sobre algumas questões relacionadas ao mercado de trabalho, fazendo uma análise dos impactos produzidos pelas transformações econômicas. Para tanto, primeiramente é tratado sobre a categoria trabalho, em como este vem se configurando ao longo dos tempos. Posteriormente é feito um estudo sobre as compreensões acerca do mercado de trabalho, tratando sobre emprego e o desemprego. E por fim é discutido sobre o desemprego estrutural mostrando suas causas e consequências e tecendo considerações sobre sua configuração atualmente.

Palavras-chave: Trabalho, Emprego, Desemprego.

## ABSTRACT:

The objective of this article is to discuss some labor market issues, analyzing the impacts produced by economic transformations. To do so, it is first dealt with in the category of work, in how it has been configured over time. Subsequently a study is made on the understandings about the labor market, dealing with employment and unemployment. And finally, it is discussed about structural unemployment showing its causes and consequences and making considerations about its current configuration.

Keywords: Work, Employment, Unemployment.

## 1. INTRODUÇÃO

As metamorfoses do mundo do trabalho estão associadas às relações sociais, econômicas, culturais e históricas, perfazendo o caminho de tensões, conflitos que envolvem diferentes projetos

---

<sup>1</sup> Bacharela em Serviço Social (UFMA). Mestranda em Desenvolvimento Socioeconômico (UFMA). [amaraynasousa@outlook.com](mailto:amaraynasousa@outlook.com)

<sup>2</sup> Bacharela em Serviço Social (UFMA). [tatiane.n santos91@gmail.com](mailto:tatiane.n santos91@gmail.com)

econômicos, o que vai repercutir no trabalho e suas múltiplas dimensões e na produção e reprodução da vida material objetiva e subjetiva do trabalhador.

Atualmente, a inclusão ou exclusão no mundo do trabalho é regulada pela “ditadura do mercado”. Este mercado vem controlar os rumos da economia mundial, por vezes passando por ciclos de transações, coincidindo com a instabilidade econômica. Trata-se nesse ponto da consolidação do modo de produção capitalista diante da produtividade e o aprimoramento das forças produtivas, bem como das organizações do trabalho.

No entanto, o trabalho deixou de ser apenas um processo de produção das necessidades humanas (valor de uso), para se tornar na produção da mercadoria (valor de troca), e o que Marx (1985) concebe nas inter-relações entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. O trabalho tornou-se instrumento para satisfazer o mercado e os processos econômicos, assim, engendrando na concepção da coisificação do ser humano e o fetichismo da mercadoria, um assunto longo, que ficaria para uma outra contribuição.

Nesta perspectiva o mercado de trabalho vem incidindo rápidas mudanças econômicas e estruturais, afetando diretamente a sobrevivência dos trabalhadores. É a partir da divisão social do trabalho, que vem favorecendo o sistema e a acumulação capital, incorporando o processo de flexibilização da mão de obra assalariada. O trabalho passou a ser sinônimo de exploração, trazendo impactos e dilemas ao campo do trabalho e a classe que vive da sua força de trabalho. Ao mesmo tempo, é necessário compreender sócio-historicamente o local determinado da dimensão contraditória da relação capital x trabalho.

Segundo Santos (2010), o processo organizado pela estruturação capitalista vai requerer a transformação do mundo do trabalho, para que se possa atender e realizar as novas exigências de acumulação e a expansão do capital. Portanto, serão ações orquestradas pelo capital visando garantir a produção e a lucratividade. Semeando, assim, a degradação e precarização do trabalho, que se tornam condições fundamentais para impulsionar o ciclo reprodutivo do sistema.

Portanto, este estudo parte da necessidade de aprofundar teoricamente a compreensão sobre o trabalho, e as questões inerentes ao seu universo. Ressaltando que as categorias em análise, giram em torno do mundo do trabalho, mercado de trabalho, e desemprego estrutural.

## **2. O MUNDO DO TRABALHO E AS DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS**

A dinâmica socioeconômica vem refletir as dimensões contraditórias nas relações sociais dentro do mundo do trabalho. De acordo com Pinto (2010, p. 16), o sistema econômico

baseado na organização do trabalho é “[...] incorporado pelo modo de produção capitalista e submetido aos interesses de classe aí envolvidos, especialmente após as primeiras revoluções industriais, do século 18 em diante”. Dentro dessa organização, analisa-se a produção e reprodução das relações econômicas e sociais, estando intrinsecamente ligada ao contexto histórico e dialético daquela sociedade.

Diante desse processo é perceptivo que o trabalho, como categoria fundante da sociabilidade, em meados do século XX, mostra-se como mediação e contradição dessas relações, uma vez que o trabalho “[...] consolidou a cultura dos povos [...] assumindo, por fim, no âmbito da sociedade atual, o papel central na constituição das classes sociais que a compõe, sendo que no interior destas, está a base da formação da identidade de seus indivíduos” (PINTO, 2010, p. 9). Além disso, centraliza na análise do trabalho como uma atividade correlacionada a um fim, já que este indivíduo por meio do seu trabalho, ele vai agir consciente e racionalmente, ou seja, de modo teleológico.

A respeito disso, Marx (1985) fez surgir a reflexão profunda sobre o trabalho, já que é por meio deste que o homem, além de criar meios e instrumentos, foi capaz de transformar a natureza, projetando a geração de produção e riqueza. É por meio do trabalho consciente que o homem se diferencia de qualquer espécie de animal.

Quem não conhece comparação e diferenciação entre o trabalho do ser humano com o trabalho do João de barro. O homem ao modificar a natureza, também se modifica. Entretanto, concentração da riqueza e a produção das desigualdades não se resumem nas particularidades entre os ricos e pobres, é uma dinâmica socioeconômica bem mais complexa e contraditória, que adentra as questões de acumulação do capital e exploração da força de trabalho. Isto sendo indispensável para compreender o homem diante da sociedade capitalista, o qual situa-se o trabalho, os meios de produção, o valor e o lucro. Atualmente vivencia-se os diferentes projetos societários, que permeiam ainda na luta de classe.

É no contexto sócio-histórico do século XX, que se analisa as perspectivas e os (des)dobramentos de uma lógica econômica que vem pregar “o individualismo”, a “reestruturação produtiva”, o “trabalho polivalente”, a “terceirização com apoio para a privatização do bem público”, a “flexibilização do trabalho e das ações estatais”, o “sistema *just-in-time*” (PINTO, 2010). É a partir desse século, que os processos de trabalho impulsionam a dominação do capital sobre o trabalho, trazendo para esse jogo de interesse capitalista, a semente para o surgimento da ideologia neoliberal, que aparece contemporaneamente com propósito de incutir socioeconomicamente a exploração desmedida do trabalhador assalariado, que permanece incluso no “exército de reserva” e no “desemprego estrutural”.

Nessa dinâmica, alguns autores e pesquisadores ressaltam que o capitalismo contemporâneo produz trabalhadores flexíveis, informalizados, pauperizados, precarizados, desprotegidos de direitos e desprovidos de organização coletiva. Assim, impactando significativamente as relações sociais e modo de vida objetiva e subjetiva dos trabalhadores.

Diante dessas particularidades, a categoria trabalho é permeada pela construção crítica, teórico e político, a qual subsidia a partir da análise da totalidade sob o signo do sistema econômico e da organização social. Acarretando o desmonte do trabalho, dos direitos trabalhistas e fragmentação da classe que depende do trabalho para sobreviver.

Falando de Brasil, esse contexto de precarização social e privatização do bem público, iniciou-se a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, pois, diante desse governo a “[...] forma de ‘modelo’ de desenvolvimento político, econômico e social, tal regime resultou num agravamento das crises econômicas e sociais preexistentes” (PINTO, 2010, p. 52). Logo, o país se viu diante da implantação e desenvolvimento da doutrina neoliberal, que culminou com um Brasil em uma posição subalterna diante de uma política monetária e financeira na divisão internacional do trabalho.

Os (re) ajustes neoliberais permeados pelas privatizações e mercantilizações das áreas de educação, previdência privada e a saúde entre outras, vem apenas cumprir o que foi imposto pelo *Consenso de Washigton* (1989), o Banco Mundial e o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), ficando, claro, o desmonte dos dias atuais das políticas públicas e sociais, assim, (des) responsabilizando o Estado pela sua gestão, implantação e implementação dos serviços públicos e estatais como preconiza a Constituição Federal de 1988 e outras regulamentações. O que se observa “no caso da economia, este movimento de ajuste neoliberal inicia-se com a desregulação e flexibilização das relações de trabalho, e pela redução e privatização dos sistemas de seguridade social.” (SGUISSARDI, 2015, p. 873).

É importante compreender que o processo de aprofundamento dessa dinâmica foi a nível global da economia, levando o redimensionamento da “[...] reestruturação das relações de produção e de trabalho, orientado pela ideologia neoliberal, sob a hegemonia do capital financeiro, o capital rentista” (LOPES, 2016, p. 242-243). Pulverizando, assim, qualquer desenvolvimento de cunho social e reduzindo a sindicalização dos trabalhadores para que não promovesse qualquer tipo de greve ou reivindicação, levando o desmembramento da organização sindical. Basicamente, o que se percebe diante desse sistema, é que o neoliberalismo trouxe em síntese a instabilidade macroeconômica e social e mudanças drásticas no mundo do trabalho.

Portanto, a categoria trabalho não é apenas uma continuidade ou persistência no campo das ideias ou no imaginário das heranças intelectuais da Europa do século XIX ao XX.

Contemporaneamente, a acumulação capitalista e as crises cíclicas advindas do capital financeiro, é inerente ao próprio sistema econômico, o que vai afetar de modo linear o mundo do trabalho, bem como os trabalhadores, com isso implodindo profundas contradições na relação capital/trabalho.

É importante ressaltar, de acordo com Santos (2010, p. 89), que a crise estrutural do capital, manifestada desde a década de 1970, emerge como processo de reorganização e redefinição econômica, política, social e cultural com finalidade de garantir incondicionalmente a ampliação dos seus ciclos de reprodução de acumulação.

Portanto, para entender a conjuntura socioeconômica, é preciso tomar base das tradições marxistas, sendo esta uma corrente filosófica que há 200 anos, foi pensada com aporte teórico crítico-analítico cujo objetivo era entender a sociedade daquela época. É a partir dessa corrente, tão antiga, ao mesmo tempo tão atual, que se debruça em analisar a realidade social na sua totalidade, complexa e dinâmica, contraditória, paralelamente, com os processos de trabalho, historicidade, cultural, social e econômico, em que perpassa a constituição do ser social, sendo, assim, importante difusão das lutas e emancipação da classe trabalhadora.

### **3. COMPREENSÕES ACERCA DO MERCADO DE TRABALHO**

Para Marx (1985) o homem é um ser histórico produto do trabalho social que vai se modificando de acordo com suas necessidades e época, e o ato de trabalhar é inerente aos homens como meio para suprir suas carências e necessidades. Como Marx mesmo coloca, o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza (1985, p. 188).

Sabemos que o trabalho é uma atividade social, necessária ao progresso material e moral da humanidade, e que este é tão antigo quanto à humanidade. Há um pressuposto de que a partir do momento em que o homem tomou consciência de sua individualidade, tomou também consciência do trabalho como atividade indispensável para sua sobrevivência e seu progresso. Com isso, o trabalho é uma atividade inerente à condição humana e sempre existiu, independentemente do modo de produção vigente (REINERT, 2001).

Ao longo do tempo as formas de organização do trabalho foram se diversificando e se reorganizando com o intuito de acelerar ainda mais o processo de produção. Essa expansão capitalista alterou as formas de trabalho, pois empregou elevados investimentos em tecnologias e mudou as relações trabalhistas. Com isso, o desemprego vem ser senão o resultado da falta de capacidade do sistema econômico em absorver a totalidade da força de trabalho existente.

Para os neoclássicos a única fonte de desemprego seria a existência de um salário real acima do de equilíbrio. Em tal sentido, recai nas políticas públicas a responsabilidade de aperfeiçoar o funcionamento do mercado de trabalho para o qual seria necessária a retirada de toda influência exógena (principalmente barreiras institucionais que provocariam distorções de preço) (GELINSKI, 1993, p. 6-7).

Em contrapartida à teoria dos neoclássicos, Keynes na sua *Teoria Geral*, diz que a determinação do emprego é associada ao investimento. Com isso, a questão do emprego não é estudada analisando isoladamente o mercado de trabalho (GELINSKI, 1993). Dessa forma, o mercado de trabalho está circunscrito na exigência do mundo do trabalho e qualificação profissional, relacionado aos processos econômicos e sociopolíticos, submetido aos interesses da classe dominante.

Na teoria de Keynes (1996), o nível de emprego é determinado pelo nível de produção e pela demanda efetiva. E quanto à renda, esta é determinada pelos gastos de consumo e pelos gastos em movimento. Assim, para Keynes, o que provoca o desemprego é a carência na demanda e a baixa dos salários. No entanto, isso poderia aprofundar a crise, porque desestimularia o consumo, levando à redução da produção e ao aumento da capacidade ociosa, que, por conseguinte desencadearia o desemprego.

Diante desse contexto, como bem assinala Martins (2006), com a desregulamentação do mercado de trabalho há uma expansão da economia informal, e os trabalhadores em busca da sua subsistência e o das suas famílias, passam a investir em seus negócios próprios, ou se submetem a contratos de trabalho sem quaisquer garantias, abrindo mão, inclusive, de direitos assegurados pela Constituição Federal ou pelas Leis Trabalhistas.

Dentro do contexto do mercado de trabalho e a relação com o emprego, encontramos também o desemprego, pois este tem sido um dos maiores problemas sociais atualmente enfrentados pela humanidade. O emprego é uma consequência específica do capitalismo. Ele é o elo de ligação formal entre o trabalhador e o modo de produção capitalista (REINERT, 2001, p. 45-46).

Pochmann (2015), estudando sobre o assunto, aponta que o crescimento da taxa de desemprego foi resultado da expansão da força de trabalho e da queda no nível de ocupação dos trabalhadores, embora mais intensamente influenciada pela elevação da população economicamente ativa.

No que diz respeito às características do desemprego recente, para Pochmann (2015, p. 11):

A discrepância entre a evolução da demanda e oferta de trabalhadores disponíveis no interior do mercado de trabalho expressa o crescimento recente do desemprego no Brasil metropolitano, cuja determinação encontra-se associada à recessão na economia nacional.

O desemprego, por sua vez, possui algumas classificações e formas, dentre os principais estão o desemprego conjuntural e o desemprego estrutural. O desemprego conjuntural é gerado pelas oscilações da economia, decorrentes das indústrias que produzem produtos sazonais, ou seja, cujo consumo é maior em determinadas épocas do ano.

Sobre este tipo de desemprego, Rossi; Oliveira (2005, p. 1006) nos dizem que

O desemprego dito conjuntural está ligado a fases de recessão da atividade produtiva. A experiência da década de 1980 ensinou claramente que o desinvestimento provoca um desemprego duradouro, podendo haver conflito entre objetivos de curto e de longo prazos. Mas a forma mais resistente de desemprego está ligada a um descompasso entre a estrutura qualificada da mão-de-obra necessária e da força de trabalho disponível.

Quanto ao desemprego estrutural, este é também chamado de tecnológico, pois é a própria estrutura econômica que passa a ser desempregadora sem perspectiva de voltar a ser empregadora. Não se trata propriamente de perda, mas sim da extinção dos postos de trabalho e isso é um reflexo da queda da própria economia. É resultante do aprimoramento do processo produtivo através de novas formas de organização de trabalho e da aplicação de novas tecnologias, este desemprego vem sendo provocado pela modernização de máquinas e equipamentos.

Sobre essa segunda classificação do desemprego, veremos com mais profundidade na sessão seguinte, pois ele tem um foco maior de aprofundamento e análise neste artigo.

#### **4. A PROBLEMÁTICA DO DESEMPREGO ESTRUTURAL NA CENTRALIDADE DO CAPITALISMO MUNDIAL**

Com a crescente concorrência internacional, as empresas têm sido obrigadas a cortar custos com o objetivo de obter preços menores e qualidade alta para os seus produtos. Nessa reestruturação, estão sendo eliminados vários postos de trabalho, tendência que é chamada de desemprego estrutural ou tecnológico (MARTINS, 2006).

Assim, conforme Alves (1999, p. 150) [...] instaura-se, como um componente contraditório do desenvolvimento capitalista, o crescimento do desemprego estrutural, com a constituição de um novo patamar de exclusão social nos principais países capitalistas.

De acordo com os estudos de Alves (1999, p. 157) sobre alguns autores, ele vai dizer que:

Das elucubrações teóricas de Gorz e Offe, nas décadas de 70, até a de Rifkin, Kurz e De Masi, nos anos 90, a ênfase é sobre um mundo do trabalho desconstituído e negado no interior do próprio desenvolvimento capitalista. Seria como se o próprio capital em processo tendesse a negar os próprios fundamentos de sua valorização (uma tendência que é vista, por eles, como sendo uma realidade efetiva).

Para estes autores, eles têm a centralidade do desemprego estrutural, como o maior (e mais relevante) problema do capitalismo mundial, onde deduzem a partir daí, que o mundo do trabalho perdeu o seu lugar no projeto de emancipação social e histórica (ALVES, 1999, p. 157).

Como sendo um dos graves problemas sociais que vem emergindo nos últimos tempos, o desemprego estrutural, substitui a força humana na produção pelo uso das tecnologias, tirando de cena o trabalhador e substituindo-o pelas máquinas. Ele ainda é um fenômeno que ocorre quando há um desequilíbrio entre a oferta e a procura de trabalho, e esse desequilíbrio pode ocorrer de forma mais pontual ou generalizada, dependendo das dinâmicas econômicas do contexto.

Martins (2006, p. 36) exemplifica as causas para esse processo. E ela diz que isso ocorre quando:

A automação de vários setores, em substituição à mão de obra humana é uma das suas causas. Caixas automáticas tomam o lugar dos caixas de bancos, fábricas robotizadas dispensam operários, escritórios informatizados prescindem datilógrafos e contadores.

Vimos que o trabalho é parte constitutiva do ser social e que é por meio dele, que o trabalhador pode se reproduzir enquanto indivíduo subjetivo, mas continua imerso nas relações imbricadas diante da “exploração do homem pelo homem”. Consequentemente, os que não são absorvidos pelo mercado de trabalho, acabam sendo forçados a permanecerem no “exército de reserva”, já que essa dinâmica continua a cumprir com a função da acumulação capitalista. Entretanto, as causas desse processo trazem consequências, podendo ser devastadoras, tanto do



ponto de vista do desempregado e de sua família, quanto do ponto de vista social e político (REINERT, 2001).

Para compreender este processo, é necessário nos reportarmos às condições históricas que foram determinantes para a configuração que temos atualmente, e Duarte (2014) nos leva a lançarmos os olhos sobre a conformação da estrutura econômico-social dos países latino-americanos, onde é possível visualizar os elementos que determinaram suas características histórico-estruturais e conseqüentemente uma heterogeneidade estrutural. “A discussão sobre a heterogeneidade estrutural vem coadunada a outra que, para o caso brasileiro, possui fundamentos históricos similares e conjugados: a questão do desemprego estrutural” (DUARTE, 2014, p. 201).

Para Duarte (2014), as relações de trabalho no Brasil nascem e se consolidam fundadas numa base favorável à constituição de condições de trabalho marcadas não somente pelo excedente de mão de obra, mas também pela elevada marginalização da classe trabalhadora (p. 202). Assim, a estrutura econômico-social brasileira é historicamente demarcada por uma dupla característica: a heterogeneidade estrutural e o desemprego estrutural.

A heterogeneidade estrutural condiciona os diferenciais de produtividade e, conseqüentemente, de rentabilidade entre os diferentes setores da economia. O desemprego estrutural é tido como o resultado de um conjunto de relações de trabalho consolidadas com deficiências que impedem e/ou limitam a absorção da mão de obra disponível, ao mesmo tempo em que conduz a discrepantes desníveis entre diferentes ocupações (DUARTE, 2014, p. 202-203).

Fica claro, neste contexto, que grande parcela de trabalhadores permanece na subalternidade, inseridos em trabalhos subcontratados e precarizados e por vezes temporário, o que vai requerer do trabalhador sua adequação as tendências do mercado, submetendo-o excessivas jornadas de trabalho, sem descanso ou lazer, e com remuneração desproporcional. Portanto, o desemprego exerce sua função na lógica capitalista, pois tende ser um instrumento cujo objetivo de pressionar os salários para baixo, o que vai impor a classe que vive do trabalho impactos negativos nas condições sociais, trabalho e saúde e dificultando sua adaptação (PINTO, 2010).

Nesse sentido, o ambiente econômico e social são criados e marcados pelos desequilíbrios nas relações de trabalho, que conduzem a um quadro permanente de elevada exploração, desemprego, desigualdade e pobreza. Entende-se que “os trabalhadores experimentam, no curso do desenvolvimento capitalista, processos de pauperização que decorrem necessariamente da essência exploradora da ordem do capital” (BRAZ; NETTO, 2010, p. 135).

Para Rossi; Oliveira (2005, p. 1006), dos fatores estruturais, o Brasil amarga efeitos de três fatores perversos: baixo crescimento, educação insuficiente e legislação inflexível. Para eles, dentre estes fatores, a educação insuficiente desde a infância é responsável direta ou indiretamente

pela baixa qualificação da mão-de-obra no Brasil e apresenta-se como um dos pontos mais críticos para o país. E com isso, evidencia-se que boa parte dos problemas enfrentados com o desemprego, se dá por conta da baixa qualificação da mão-de-obra existente, oriunda de uma educação precária e insuficiente (ROSSI; OLIVEIRA, 2005).

Nessa lógica,

O Brasil sofre em três pontos: Cresce pouco, Educa mal e Legisla péssimo. A saída do desemprego e informalidade atuais vai depender de bons investimentos, de uma educação de boa qualidade e de uma legislação que estimule o uso do trabalho humano (ROSSI; OLIVEIRA, 2005, p. 1010).

Não obstante, com a chegada dos anos 1990, o Brasil viveu um período de estagnação em relação ao crescimento do emprego formal, o que resultou no acentuado crescimento do desemprego e no aumento da precariedade das condições de vida do trabalhador (MOTA; OLIVEIRA, 2015, p. 97).

Já na década de 2000, evidenciou-se durante o governo Lula que o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 foi o centro da estratégia de desenvolvimento com inclusão social e a desconcentração de renda com crescimento do produto e do emprego. Nesse sentido, dentre alguns objetivos do Plano estavam à geração de trabalho, emprego e renda.

No âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para enfrentar o desemprego o referido Plano pretendia fortalecer o Sistema Público de Emprego na ótica do desenvolvimento sustentável a partir da geração de mais e melhores empregos, trabalho e renda, do fortalecimento do trabalho estável, e do estabelecimento de políticas ativas de emprego e economia solidária e de um sistema democrático de relações de trabalho (MOTA; OLIVEIRA, 2015, p. 98).

Contudo, apesar do Plano ter como objetivo a geração de mais e melhores emprego, trabalho e renda, ainda assim, eram incidentes as baixas remunerações e baixas qualificações. “Entre os anos de 2007 e 2013 foram criados, no Brasil, 9,4 milhões de empregos formais, mas desse percentual, metade foi de profissões de baixa qualificação” (MOTA; OLIVEIRA, 2015, p. 98).

Na primeira década do século XXI, muitos empregos criados eram precarizados, abrangendo indivíduos ocupantes de empregos temporários, precários, terceirizados e sem as garantias tradicionais dos assalariados formais (MOTA; OLIVEIRA, 2015).

Portanto, o “desemprego estrutural” se configura na atualidade como mais uma forma de exploração capitalista, uma vez que ao agudizar as já precárias condições de vida e trabalho, fragilizam as possibilidades de luta dos trabalhadores (LUSTOSA; PIRES, 2017, p. 215-216).

## CONCLUSÃO

Observa-se que a expansão da economia mundial tomou um caminho engendrado pelo capitalismo, o qual se desenvolveu e encontrou terreno fértil para a inclusão da ideologia neoliberal, apostando no surgimento do mercado financeiro e reestruturação. Entretanto, todo esse processo fez surgir crises econômicas, afetando significativamente a economia global, o que implicou na mudança no mundo do trabalho.

Embora com a propulsão do desenvolvimento econômico, de modo invariável, fez com que se impulsionasse a aumento de indicadores de pessoas sem emprego, expandindo a insegurança do mercado de trabalho. Essa situação e a contínua “[...] incorporação de novos processos produtivos e novas formas de organização do trabalho [...] impactaram profundamente a classe trabalhadora” (SANTOS, 2010, p. 77).

Sendo importante constatar que as transformações e o desenvolvimento das forças produtivas, empenharam-se para o crescimento capitalista à medida que os processos produtivos aceleraram a sua acumulação, porém, com a valorização do capital em detrimento da exploração do trabalho. Contudo, decorrente desse processo houve a geração de altas taxas de desemprego, baixa produtividade e com isso o aumento do exército de reserva.

Neste artigo foram apresentadas algumas considerações acerca da categoria do trabalho, mercado de trabalho e o desemprego estrutural que são dinâmicas relacionadas ao contexto socioeconômico e global dos processos da integração dos mercados, sem deixar de ponderar a interconexão entre os aspectos econômicos, incluindo, o social e político.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. 2. ed. Londrina, PR: Editora Práxis, 1999.

BRAZ, M.; NETTO, José P. **Economia Política**: uma introdução crítica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DUARTE, Pedro H. E. **Desemprego estrutural e a problemática da informalidade**. In: Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, v. 13, n. 2. João Pessoa, 2014.

GELINSK, Carmen R. O. G. **A questão do emprego e as atividades informais na teoria neoclássica keynesiana e marxista**. Revista da UNOESC, Joaçaba, v. 14, n. 30, p. 5 - 15, jul./dez. 1993.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo/SP: 1996. Ed. Nova Cultural.

LOPES, Josefa Batista. **50 anos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: a construção da alternativa crítica e a resistência contra avanço do conservadorismo**. Rev. Pol. Públ., São Luís, V.20, N. 1, p. 237-257, jan./jun. 2016.

LUSTOSA, Maria A.; PIRES, Márcia G. **O DESEMPREGO ESTRUTURAL NO CONTEXTO DO CAPITALISMO GLOBAL CONTEMPORÂNEO À LUZ DA TEORIA DE ŽIŽEK**. In: Revista Profanações. – Santa Catarina: Universidade do Contestado. Ano 4, n. 2, p. 207-218, jul./dez. 2017.

MARTINS, Graciane Prim. **Desemprego estrutural na era da globalização**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985 a. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

MOTA, L. de Araujo e; OLIVEIRA, M. Santos de. **Políticas públicas de emprego no Brasil: reflexões entre a Era Vargas e o Neoliberalismo**. In: Revista Focos. V. 8, N. 2 (2015).

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

POCHMANN, Marcio. **Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano**. Estud. av. vol. 29 no. 85. – São Paulo Sept./Dec. 2015.

REINERT, José Nilson. **Desemprego: causas, consequências e possíveis soluções**. In: Revista de Ciências da Administração, UFSC. Ano 3, Nº 5. Florianópolis, 2001.

ROSSI, Thaine; OLIVEIRA, Edson A. A. Q. **A questão do desemprego no Brasil**. In: Anais do IX Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e V Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. – São José dos Campos – SP: UNIVAP, 2005.

SANTOS, Adriano P. **A usinagem do capital e o desmonte do trabalho: reestruturação produtiva nos anos de 1990, o caso do Zanini S/A de Sertãozinho** – SP. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SGUISSARDI, Valdemar. **Educação Superior. Democratização ou massificação mercantil?** Rev. Educ. Soc. Campinas, V.36, n. 133, p.867-889, out./dez, 2015.